

DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Deu ruim

O apoio do presidente do Pros, Eurípedes Miranda, a Lula provocou um terremoto na regional do Paraná. Lá, a deputada Aline Sleujes, bolsonarista, é candidata ao Senado. O ex-deputado Alfredo Kaefer, candidato a federal, também promete se rebelar: “Eu sou Bolsonaro e não vou mudar”, disse ele à coluna.

Teve contará e muito

Os analistas de pesquisa de opinião acreditam que, ao contrário da eleição de 2018, o tempo de teve de cada candidato a presidente da República terá importância neste ano. E, entre os apoios que ameaça com as conversas Brasil afora, Lula trabalha para ter um tempo mais robusto do que Jair Bolsonaro.

Veja bem

Os petistas calculam que, por ser presidente da República, Bolsonaro sempre terá holofotes. Afinal, Lula já foi presidente e sabe que o cargo, por mais que se diga que não, tem importância na hora do olho no olho com o eleitor.

Estratégia comum

Tanto o União Brasil quanto o PSD jogam da mesma forma: Um pé em cada canoa, ao sabor dos interesses estaduais. O PSD tem aliança com o PT em Minas Gerais. Em São Paulo, com o Republicanos de Tarcísio de Freitas, o candidato de Bolsonaro. E, no Rio, com Ciro Gomes. Já o União, fecha com Bolsonaro no DF, com o PSDB de Rodrigo Garcia em São Paulo e com o candidato de Ciro Gomes no Maranhão, o senador Weverton (PDT).

O que interessa

Tanto o PSD quanto o União Brasil vão apostar firme na eleição de bancadas no Parlamento. Embora o União vá oficializar a senadora Soraia Thronicke como candidata a presidente da República, a prioridade da agremiação é eleger deputados federais. O projeto das duas legendas é ter um protagonismo no Parlamento, seja quem for o presidente da República.

Com Bolsonaro mais próximo do 2º turno, Lula pesca apoios

A redução da diferença entre o ex-presidente Lula e o presidente Jair Bolsonaro e da rejeição do presidente Jair Bolsonaro foram vistas com alívio pelo PL. A avaliação é que, com a redução do preço dos combustíveis, os auxílios que começaram a ser pagos à população e a campanha propriamente dita, a partir de 16 de agosto, o presidente terá condições de tentar melhorar ainda mais os índices. Desde que, lembram os integrantes do PL, passe a se dedicar mais a mostrar o que o governo fez e deixe de lado os ataques quase que diários à uma eletrônica, uma realidade que faz parte da regra do jogo.

Enquanto isso, o ex-presidente Lula arremata apoios para ver se, no detalhe, garante alguns votos a mais para tentar fechar a eleição na primeira rodada. Dos pontos de André Janones (Avante) e de Pablo Marçal (Pros), o PT calcula que Lula conseguirá amealhar, pelo menos, 1%



do eleitorado. Não é muita coisa, mas, diante das pesquisas eleitorais que indicam uma diferença pequena para resolver a eleição em primeiro turno, os petistas trabalham para tentar garantir essa distância em favor de Lula. Até aqui, porém, a “pescaria” ainda não obteve esse efeito. A intenção do PT é pressionar adversários a apoiar o petista até às vésperas da eleição.

CURTIDAS

Muita calma nessa hora! Além dos aliados, a segurança do presidente Jair Bolsonaro também aconselhou o cancelamento do evento na Fiesp em São Paulo. A manifestação prevista para o vão do MASP, na Avenida Paulista, preocupou os responsáveis por esse setor.

Muito além da parada militar! Os bolsonaristas esperam que o Sete de Setembro no Rio de Janeiro supere a visita do Papa. Para isso, os parlamentares evangélicos ligados ao presidente estão concentrados na organização da Marcha para Jesus.

Por falar em evangélicos...! Pastores que tentaram marcar agendas com o ex-presidente Lula têm dito a amigos que ainda não foram atendidos.

Rogério CASSIMIRO



André na área! O banqueiro André Esteves (foto), ex-CEO do BTG Pactual, fará a palestra inaugural da Semana de Integração do IDP, na próxima segunda-feira, às 10h30. As inscrições estão abertas em idp.edu.br/eventos.

CONGRESSO

Amparo legal para home office

Senado promulga MP que regulamenta teletrabalho. Esforço concentrado aprova saque em dinheiro do ticket-alimentação após 60 dias

» RAPHAEL FELICE
» FERNANDA STRICKLAND

O Senado Federal aprovou e promulgou, ontem, quatro medidas provisórias (MPs) que já haviam passado pela Câmara dos Deputados sem sofrer alterações. Entre elas, o Projeto de Lei de Conversão que regulamenta o home office (teletrabalho) e o trabalho híbrido, e faz alterações no pagamento do auxílio-alimentação. Com a nova regra, o trabalhador que tenha saldo no vale-alimentação após 60 dias poderá sacar o valor em dinheiro. O texto original do governo previa apenas que os recursos do benefício fossem usados para outra finalidade, impedindo que estabelecimentos que não tivessem ligação com o ramo alimentício aceitassem a forma de pagamento.

Outra alteração no vale, já presente na proposta do governo, proíbe, nos novos contratos, que as fornecedoras de ticket-alimentação deem descontos para as empresas que contratam o serviço. A lei especifica também que eventuais desvios de finalidade do auxílio-alimentação por empregadores ou empresas que fornecem o serviço serão objeto de multa que varia de R\$ 5 mil a R\$ 50 mil.

Teletrabalho

A medida provisória que regulamenta o home office prevê que os trabalhadores poderão alternar a jornada presencial com o trabalho remoto. O texto estabelece que a presença no ambiente de trabalho para tarefas específicas, ainda que de forma habitual, não descaracteriza o home office. Trabalhadores que com deficiência ou com filhos de até quatro

anos devem ter prioridade para as vagas em teletrabalho.

O Senado Federal também aprovou a MP que institui o Programa de Aumento da Produtividade da Frota Rodoviária no País (Renovar). A proposta será custeada por recursos de multas, da Cide-Combustíveis e do valor direcionado a pesquisas por parte das petroleiras. A iniciativa funcionará com adesão voluntária, cabendo a coordenação à Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) como agente operador. Apesar da aprovação, o tema gerou insatisfação de parte dos deputados por retirar recursos da área de ciência e tecnologia.

Os senadores também deram aval à MP 1109 — que também caducaria se não fosse votada nesta semana — que permite a flexibilização de leis trabalhistas durante estados de calamidade pública. Segundo o texto, as empresas poderão suspender temporariamente os contratos de trabalho, com previsão de pagamento mensal de benefício emergencial ao trabalhador. O governo adotou estratégia semelhante durante a pandemia de covid-19, por meio de duas MPs que acabaram caducando.

O Plenário também aprovou a MP que altera o modelo de análise de pedidos de benefícios ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Entre outras alterações, a medida dispensa o exame da perícia médica federal para requerimentos de auxílio por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença).

A maratona de votações foi acertada com as lideranças partidárias para permitir que os deputados retornem as suas bases já a partir de hoje, para retomar compromissos das campanhas eleitorais.

Roque de Sá/Agência Senado



Senadores articulam acordos em Plenário, limpam a pauta de votação das MPs e ficam liberados para retomar as campanhas eleitorais

Câmara derruba rol taxativo da ANS

» TAÍSA MEDEIROS

A Câmara dos Deputados aprovou, ontem, com apoio de quase todas as legendas, o projeto de lei que derruba o caráter taxativo do rol de procedimentos médicos (PL 2033/22). A medida estabelece a possibilidade de cobertura de exames ou tratamentos de saúde que não estão incluídos no rol de procedimentos aprovados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), possibilitando a continuidade de tratamentos que

poderiam ser excluídos da cobertura dos planos.

O texto do deputado Hiran Gonçalves (PP-RR) teve a aprovação comemorada por deputados da oposição, do governo e por famílias de pacientes, que acompanhavam a sessão nas galerias. Agora, o texto segue para análise do Senado e, segundo o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), a votação poderá ocorrer já na semana que vem.

O único partido a votar contra a proposta foi o Novo, sob alegação de que beneficiará apenas as farmacêuticas. “Agora, (as

operadoras) podem induzir médicos a receitarem tratamentos experimentais dessas farmacêuticas. E as grandes farmacêuticas vão começar a incentivar médicos a receitarem esses tratamentos, porque os planos de saúde vão ter que cobrir 100% do que apareça para eles daqui para frente”, justificou o deputado Tiago Mitraud (Novo-MG) ao votar contra.

O texto aprovado é uma resposta à decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que restringiu os procedimentos que devem ser obrigatoriamente cobertos pelas

operadoras de planos de saúde no país ao Rol da ANS.

Além da proposta, outros projetos foram votados na Câmara, no esforço concentrado de ontem. Dentre eles, o texto base da medida provisória que altera as regras para concessão do auxílio-alimentação pago aos trabalhadores e da que regulamenta a adoção do teletrabalho pelas empresas. MP oferece a possibilidade de o trabalhador sacar o vale-alimentação após 60 dias. O texto vai para o Senado e precisa ser aprovado até o dia 7, para não perder a validade.